

HABEAS CORPUS Nº 567.907 - SP (2020/0072579-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
TADEU JOSE MIGOTO FILHO - PR061564
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FRANCISCO MATHEUS MARTINS MONTEIRO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de FRANCISCO MATHEUS MARTINS MONTEIRO no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do Agravo de Execução Penal n. 0006309-95.2019.8.26.0996.

Consta dos autos que o Juízo da Vara das Execuções Criminais de Presidente Prudente julgou remidos pelo estudo (leitura de 2 livros) 8 dias de pena do paciente (e-STJ fls. 63/64).

Irresignada, a acusação ingressou com Agravo em Execução, provido, por maioria, para o fim de revogar a remição concedida pelo Magistrado de piso (e-STJ fls. 80/91).

Na presente impetração, a defesa pugna pelo restabelecimento da decisão de primeira instância, para remição da pena pela leitura.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade coatora apontada e ao Juízo da Unidade Regional de Departamento Estadual de Execução Criminal – DEECRIM 5º RAJ – da Comarca de Presidente Prudente (SP), ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator